

Cargo: P02 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - BIOLOGIA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que:</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em aprova.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
12	1, 2 e 3	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/1996, em seu artigo 7º, enfatiza que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as	INDEFERIDO	-																								

		<p>seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino. CORRETO 2. autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público. CORRETO 3. capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. CORRETO 4. estrutura para coordenação da política nacional de educação. INCORRETO 5. articulação de diferentes níveis e sistemas e exercício da função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. INCORRETO <p>Observemos o que apresenta o artigo em análise: Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.</p> <p>É incontestável que os itens 4 e 5 NÃO fazem parte do artigo 7 da LDB Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
13	possuirá duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.</p>	DEFERIDO	ANULADA
14	que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas. Sendo assim, estão INCORRETAS as alternativas que afirmam que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a três horas maior de dezoito anos de idade./ que estiver prestando serviço militar inicial, mesmo não sendo obrigado à prática da educação física/que for liberado pelo Diretor do estabelecimento de ensino, independente da legislação vigente.</p> <p>Cabe lembrar que a LDB afirma: § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

15	língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a Prova Brasil tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas.</p> <p>Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Cabe lembrar que a inversão de qualquer elemento, não interfere na possibilidade interpretativa da questão.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
16	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO <p>adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema. 3. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. 	INDEFERIDO	-

		<p>CORRETO Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p> <p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
19	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <p>1. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1) 2. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2)</p>	INDEFERIDO	-

		<p>3.a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.3)</p> <p>4.o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Cargo: P05 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - FÍSICA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que.</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em approva.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
12	1,2 e 3	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/1996, em seu artigo 7º, enfatiza que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as	INDEFERIDO	-																								

		<p>seguintes condições:</p> <p>6. cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino. CORRETO</p> <p>7. autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público. CORRETO</p> <p>8. capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. CORRETO</p> <p>9. estrutura para coordenação da política nacional de educação. INCORRETO</p> <p>10. articulação de diferentes níveis e sistemas e exercício da função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. INCORRETO</p> <p>Observemos o que apresenta o artigo em análise: Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.</p> <p>É incontestável que os itens 4 e 5 NÃO fazem parte do artigo 7 da LDB Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
13	possuirá duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.	DEFERIDO	ANULADA
16	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <p>1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO</p> <p>2. adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da</p>	INDEFERIDO	-

		<p>garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho.</p> <p>4. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema.</p> <p>5. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
17	a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade ampla a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.</p> <p>Art. 35 “O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade : I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; III - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”;</p> <p>Em relação à alternativa “desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas” pode-se afirmar que refere-se a Ciências Humanas e suas Tecnologias, ou seja, NÃO é um objetivo geral.</p> <p>Além disso, o item que afirma “pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema” NÃO se refere à finalidade está ligado à ideia de perspectiva escolar, na qual a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p>	INDEFERIDO	-

		<p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO</p> <p>II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO</p> <p>III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO</p> <p>IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO</p> <p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:</p> <p>a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS;</p> <p>b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;</p> <p>c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;</p> <p>d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
19	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1) 2. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2) 3. a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.3) 	INDEFERIDO	-

		<p>4. o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	--	--	--

Cargo: P06 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - GEOGRAFIA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que.</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em approva.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
13	possuirá duração	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.	DEFERIDO	ANULADA																								

	mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública.			
14	que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas. Sendo assim, estão INCORRETAS as alternativas que afirmam que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a três horas maior de dezoito anos de idade./ que estiver prestando serviço militar inicial, mesmo não sendo obrigado à prática da educação física/que for liberado pelo Diretor do estabelecimento de ensino, independente da legislação vigente.</p> <p>Cabe lembrar que a LDB afirma:§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
16	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO 2. adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – <p>Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e</p>	INDEFERIDO	-

		<p>para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho.</p> <p>3. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema.</p> <p>4. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p> <p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO</p> <p>II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO</p> <p>III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO</p> <p>IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO</p> <p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:</p> <p>a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS;</p> <p>b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;</p> <p>c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;</p> <p>d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma</p>	INDEFERIDO	-

		<p>mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
19	1, 2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1) 2. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2) 3. a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.3) 4. o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4) <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, segundo a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, Art. 5, parágrafo único, como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação. CORRETO II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. CORRETO III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade INFORMATIVA comum a participantes específicos da escolarização básica. INCORRETO – o correto é: quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos 	INDEFERIDO	-

		<p>com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade FORMATIVA comum aos demais participantes da escolarização básica</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Cargo: P07 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - HISTÓRIA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que.</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em approva.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
13	possuirá duração	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.	DEFERIDO	ANULADA																								

	mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública.			
14	que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas. Sendo assim, estão INCORRETAS as alternativas que afirmam que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a três horas maior de dezoito anos de idade./ que estiver prestando serviço militar inicial, mesmo não sendo obrigado à prática da educação física/que for liberado pelo Diretor do estabelecimento de ensino, independente da legislação vigente.</p> <p>Cabe lembrar que a LDB afirma:§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)</p> <p>III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
16	1, 2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO 2. adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: 	INDEFERIDO	-

		<p>sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho.</p> <p>3. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema.</p> <p>4. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p> <p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO</p> <p>II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO</p> <p>III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO</p> <p>IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO</p> <p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:</p> <p>a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS;</p> <p>b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;</p> <p>c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;</p> <p>d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p>	INDEFERIDO	-

		Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
19	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1) 2. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2) 3. a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.3) 4. o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4) <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, segundo a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, Art. 5, parágrafo único, como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação. CORRETO II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. CORRETO III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade INFORMATIVA comum a participantes específicos da escolarização básica. INCORRETO – o correto é: quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade FORMATIVA comum aos demais participantes da escolarização básica. 	INDEFERIDO	-

		Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	--	--	--	--

Cargo: P08 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - LÍNGUA INGLESA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que.</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em approva.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
13	possuirá duração mínima de	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.	DEFERIDO	ANULADA																								

	oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública.			
16	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO 2. adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho. 3. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema. 4. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. CORRETO <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p>	INDEFERIDO	-

		<p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO</p> <p>II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO</p> <p>III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO</p> <p>IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO</p> <p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:</p> <p>a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS;</p> <p>b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;</p> <p>c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;</p> <p>d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
19	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1) 2. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2) 3. a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.3) 4. o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da 	INDEFERIDO	-

		<p>educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, segundo a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, Art. 5, parágrafo único, como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:</p> <p>I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação. CORRETO</p> <p>II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. CORRETO</p> <p>III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade INFORMATIVA comum a participantes específicos da escolarização básica. INCORRETO – o correto é: quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade FORMATIVA comum aos demais participantes da escolarização básica</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: P11 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - QUÍMICA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:																								
11	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que.</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil. CORRETO II. é calculado para duas etapas: anos finais do EF e para o Ensino Médio. INCORRETO - é calculado para três etapas: anos iniciais e anos finais do EF e para o Ensino Médio. III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar. CORRETO - IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos. CORRETO</p> <p>As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.</p> <p>O PNE define metas para cada biênio até 2021. As médias nacionais do Ideb previstas pelo PNE para acompanhamento da meta estão consolidadas na tabela a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do Ensino Fundamental</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Disponível em approva.com.br</p> <p>Observe-se pela tabela que há três etapas previstas pelo PNE para obtenção das médias nacionais do Ideb. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	INDEFERIDO	-
	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
13	Inserção	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que por NÃO haver alternativa que contemple o enunciado, a banca decide ANULAR a questão.	DEFERIDO	ANULADA																								

16	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola, entre outros aspectos, conseguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena. CORRETO 2. adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer orientação para o trabalho. CORRETO – Essencial lembrar que o compromisso com saberes de dimensão planetária considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho e para o trabalho. Importante lembrar, também, que a tarefa do CNE (Conselho Nacional de Educação), é exercida visando três objetivos principais: sistematizar os princípios e diretrizes gerais contidos na LDB; explicitar os desdobramentos desses princípios no plano pedagógico e traduzi-los em diretrizes que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; dispor sobre a organização curricular da formação básica nacional e suas relações com a parte diversificada, e a formação para o trabalho. 3. viver situações teóricas a partir das quais seja possível perceber que há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema a ser solucionado. INCORRETO - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o correto, no item 3 seria: viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema. 4. ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina. CORRETO <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
17	a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade ampla a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.</p> <p>Art. 35 "O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade : I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; III - a compreensão dos</p>	INDEFERIDO	-

	desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.	fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”; Em relação à alternativa “desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas” pode-se afirmar que refere-se a Ciências Humanas e suas Tecnologias, ou seja, NÃO é um objetivo geral. Além disso, o item que afirma “pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema” NÃO se refere à finalidade está ligado à ideia de perspectiva escolar, na qual a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	---	--	--	--

18	I, III e IV	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, no parágrafo único do artigo 4º, diz que a garantia de prioridade compreende:</p> <p>I. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. CORRETO</p> <p>II. primazia de receber proteção e socorro EM ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS emergenciais. INCORRETO</p> <p>III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. CORRETO</p> <p>IV. prioridade de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. CORRETO</p> <p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:</p> <p>a) primazia de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS;</p> <p>b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;</p> <p>c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;</p> <p>d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.</p> <p>Cabe dizer, também que as palavras precedência e prioridade são sinônimas. Dessa forma, a substituição de uma pela outra não interfere na interpretação dos elementos constitutivos da lei nem tampouco da questão. Para isso, é condição sine qua non para o leitor de quaisquer textos possuir competência lexical. A competência lexical é a capacidade para relacionar formas com significados e usá-los adequadamente. Além disso, se o desenvolvimento da competência comunicativa implica o progresso de competências linguísticas e, por consequência, de competências léxico-semânticas, esse progresso reflete-se no desenvolvimento de redes associativas, ou seja, na ampliação de novos significados de uma mesma palavra (Molina, 2004:29). Também Pérez (2006:13-14) assegura que a compreensão de uma palavra é um processo mental que consiste em conhecer o seu significado, a sua estrutura e o seu uso.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
19	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, deverão possibilitar:</p> <p>5. a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho. CORRETO – Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.1)</p> <p>6. a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio. CORRETO Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.2)</p> <p>7. a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior. CORRETO – NÃO se afirma aqui que é o único mecanismo de acesso: ÚNICO, ALTERNATIVO OU COMPLEMENTAR. (Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017</p>	INDEFERIDO	-

		<p>(1.8.3)</p> <p>8. o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação BÁSICA. INCORRETO – O correto é: o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação SUPERIOR. Disponível no Diário Oficial de 07 de abril de 2017 (1.8.4)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, segundo a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, Art. 5, parágrafo único, como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:</p> <p>I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação. CORRETO</p> <p>II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. CORRETO</p> <p>III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade INFORMATIVA comum a participantes específicos da escolarização básica. INCORRETO – o correto é: quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade FORMATIVA comum aos demais participantes da escolarização básica.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-